Processo nº 836/2009-I

(Autos de recurso em matéria civil
e laboral)
(Incidente)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. Nos presentes autos proferiu o ora relator o despacho seguinte:

“Vem-me os p. autos conclusos para efeitos de despacho nos termos do estatuído no art. 621.º do C.P.C.M..

Verifica-se que a decisão objecto dos recursos interpostos nos p. autos foi proferida pelo Mmº Juiz Presidente do Tribunal Colectivo do T.J.B., “em cumprimento da deliberação do Conselho dos Magistrados Judiciais, datado de 05.12.2008,...”; (cfr., fls. 697).

Sucedem porém que tal “Deliberação” é objecto do Recurso Contencioso n.º 310/2009, distribuído ao relator destes autos, e que corre os seus normais termos processuais.

No âmbito dos Autos de Recurso em Matéria Civil n.º 347/2009, e perante situação análoga à dos presentes autos, decidiu-se declarar suspensa a instância até que decidido estivesse o referido Recurso Contencioso n.º 310/2009; (cfr., Ac. deste T.S.I. de 02.07.2009, que aqui se dá como reproduzido para todos os efeitos legais).

Afigurando-se-nos adequado o entendimento assim assumido, mostra-se-nos de adoptar aqui a mesma solução, declarando-se pois suspensa a presente instância recursória até que decidido esteja o dito recurso contencioso n.º 310/2009.

Notifique, remetendo às partes cópia do acórdão proferido nos autos de recurso civil n.º 347/2009, (juntando-se também cópia do mesmo acórdão aos p. autos).”; (cfr., fls. 909 a 909-v).

*

Notificado do assim decidido, veio o “中國銀行股份有限公司”, em inglês “BANK OF CHINA LIMITED”, recorrente nos autos, apresentar a seguinte Reclamação para a Conferência:

“1. Profere o Mmo. Juiz Relator o despacho de fls. 909, que declara "suspensa a presente instância recursória até que decidido esteja o dito recurso contencioso n.º 310/2009" (que julga da legalidade da deliberação do Conselho de Magistrados Judiciais de 5.12.2008 em cumprimento da qual foi a sentença recorrida proferida) .

2. Remete o mesmo despacho a fundamentação da decisão supra para o decidido no Acórdão deste Tribunal de Segunda Instância de 2 de Julho de 2008 (proc. 347/2008), o qual, sumariamente, afirma que "a decisão da competência do Mmo. Juiz autor da sentença recorrida implica uma prévia apreciação sobre a legalidade da Deliberação de 05.12.2008 que determinou a sua intervenção nos presentes autos, e crendo nós que são os referidos autos de recurso contencioso [Autos de Recurso Contencioso autuados com o n.º 310/2009] o local próprio (e mais adequado) para tal efeito" e "verificados os circunstancialismos ínsitos no arte 220º, n.º 1, al. d) e 223º, n.º 1, [será] assim de se ordenar a suspensão da presente instância recursória até que decidido esteja o recurso contencioso atrás referenciado."

3. O acórdão referenciado pelo Mmo. Juiz Relator mereceu o voto de vencido no sentido da notificação "das partes em pleito para se pronunciarem sobre a questão prévia (...) com posse da cópia do teor da deliberação de 5/12/2008, e, depois decidir dessa questão prévia

autonomamente na presente lide recursória conforme o juízo de valor a final sobre a mesma questão de falta de sorteio na redistribuição do processo civil subjacente".

4. Assim, de acordo com a posição vencida, a questão da legalidade da Deliberação do Conselho dos Magistrados Judiciais de 5 de Dezembro de 2008, em discussão nos Autos de Recurso Contencioso n.º 310/2009 do T.S.I., não constitui uma causa prejudicial para os efeitos previstos no art. 223º n.º 1 do C.P.C. "porquanto cabe ao Tribunal controlar também oficiosamente, a qualquer tempo e desde que ainda não haja decisão com trânsito em julgado proferida sobre o mérito da causa, a questão da competência do autor da decisão recorrida (art. 31º, n.º 1, e 30º, parte final, do C.F.C.) como uma questão prévia que possa eventualmente obstar ao mérito do recurso entretanto interposto da decisão final em 1ª instância que conheceu da causa material controvertida."

5. Salvo o devido respeito, parece-nos ser de subscrever antes o entendimento expresso no voto de vencido em anexo ao despacho sob reclamação, fundamentalmente por duas ordens de razões.

6. Por um lado, cremos não existir o risco de um conflito entre uma eventual decisão proferida pelo Venerando Colectivo de Juízes no âmbito do presente recurso e a futura decisão transitada em julgado, a ser proferida no âmbito do citado processo de recurso contencioso n.º

310/2009.

7. *É que nos termos do art. 34º, n.º 1, do C.P.C., ainda que aplicado analogicamente, uma eventual decisão de V. Exas. sobre a competência ou falta desta do Mmo. Juiz autor do aresto recorrido não tem valor fora dos presentes Autos, constituindo apenas caso julgado formal.*

8. *Mais se dirá que uma tal decisão apenas seria proferida no âmbito das leis e princípios que regem o processo civil sobre a eventual incompetência do Mmo. Dr. Juiz Fong Man Chang, autor da sentença aqui recorrida, por violação do princípio do Juiz Natural, na forma como foi operada a distribuição de processos, apenas e somente para o caso sub judice.*

9. *Pelo que, parece não poder a decisão tomada no âmbito do referido recurso contencioso n.º 310/2009, prejudicar a presente lide recursória.*

10. *Por outro lado, caberá sempre referir que a suspensão dos autos assumida no despacho do Mmo. Juiz Relator, irá travar a presente lide recursória por tempo indeterminado deixando-a à mercê de um processo diverso e, como referido, sem o respectivo nexo de prejudicialidade.*

11. *Ora, o princípio da celeridade processual, expresso no art. 6º, n.º 1, do C.P.C., obsta a que a presente lide recursória fique a aguardar*

uma decisão transitada em julgado no âmbito dos Autos de Recurso Contencioso n° 310/2009, que corre em primeira instância neste Tribunal de Segunda Instância.

12. Dest'arte, salvo melhor opinião, a posição assumida no despacho reclamado parece não preconizar a melhor solução para o andamento regular e célere do litígio.

Nestes termos e nos mais de direito que V. Exas. certamente suprirão, deverá o Acórdão proferido, nos termos do arte 620° do C.P.C., modificar a decisão tomada pelo Mmo. Juiz Relator por uma que se coadune com supra exposto, porventura, fazer baixar os autos para que o juiz inquestionavelmente competente venha a proferir nova sentença de 1ª Instância.”; (cfr., fls. 918 a 920).

*

Notificados os restantes intervenientes processuais, nada veio de novo aos autos.

*

Cumpra decidir.

Fundamentação

2. Vem o “Bank of China Limited” reclamar do despacho pelo relator dos presentes autos proferido e com o qual se determinou a suspensão da presente instância, alegando nos termos que se deixou transcrito.

Vejamos então se lhe assiste razão.

Nos termos do art. 223º do C.P.C.M.:

- “1. O tribunal pode ordenar a suspensão quando a decisão da causa estiver dependente do julgamento de outra já proposta ou quando ocorrer outro motivo justificado.
2. Não obstante a pendência de causa prejudicial, não deve ser ordenada a suspensão se houver fundadas razões para crer que aquela foi intentada unicamente para se obter a suspensão ou se a causa dependente estiver tão adiantada que os prejuízos da suspensão superem as suas vantagens.
3. Quando a suspensão não tenha por fundamento a pendência de causa prejudicial, fixa-se no despacho o prazo durante o qual estará suspensa a instância.

4. As partes podem acordar na suspensão da instância por prazo não superior a 6 meses."

No caso dos presentes autos, e nos termos explicitados no despacho reclamado (assim como no Ac. deste T.S.I. de 02.07.2009, Proc. n° 347/2009, para o qual aquele remeteu), entendeu-se que existia "motivo justificado" para a referida suspensão; (cfr., art. 223°, n° 1, "in fine").

E, admitindo-se que a questão comporte outro entendimento, que se respeita, cremos porém que censura não merece a decisão reclamada.

Na verdade, afigurando-se-nos que a decisão da questão da competência do Mm° Juiz autor da sentença recorrida implica uma (prévia) apreciação sobre a legalidade da Deliberação de 05.12.2008 que determinou a sua intervenção nos presentes autos, e crendo nós que são os referidos autos de recurso contencioso o local próprio (e mais adequado) para tal efeito, até mesmo pela sua tramitação, nomeadamente, com intervenção da entidade que proferiu a referida Deliberação, mostra-se-nos que devem os presentes autos aguardar a decisão que se venha a proferir naqueles autos de recurso contencioso.

De facto, e ainda que verdadeira seja a afirmação no sentido de que a decisão que se vier a proferir nos Autos de Recurso Contencioso n° 310/2009 não faz caso julgado em relação aos presentes autos, cremos que se impõe reconhecer que não deixará de constituir uma “decisão a se ter em conta”, pois que não deixará de ser ponderada.

Por sua vez, não nos parece de concluir que não exista o risco de “conflito” entre a decisão a proferir no dito recurso contencioso, e a que se proferisse nos presentes autos.

Basta atentar na hipótese de se concluir que a “Deliberação” objecto do recurso contencioso era legal, e nestes autos se decidir no sentido da ilegalidade da intervenção do Mm° Juiz autor da sentença recorrida, ou o inverso, que ilegal era a Deliberação e legal a intervenção do Mm° Juiz, para se ver que díspares eram as decisões, com as consequências que daí poderiam advir.

Nesta conformidade, (e considerando também que se prevê para breve a decisão do mencionado recurso contencioso), confirma-se a decisão ora reclamada.

Decisão

3. Nos termos expostos, e em conferência, acordam indeferir a reclamação apresentada.

Custas pela reclamante.

Macau, aos 18 de Março de 2010

José M. Dias Azedo

João A. G. Gil de Oliveira

Chan Kuong Seng

(vencido, porque entendo, na esteira da minha posição já assumida em processos cíveis congéneres, aliás já citada pelo ora Reclamante Banco na petição da reclamação “sub judice”, que não há nenhum motivo a obstar ao conhecimento desde já, da questão de competência do Mm.º Juiz autor da decisão recorrida).